



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0003158-69.2021.6.22.8000

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 01/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2022, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO E A REFORMA DOS FÓRUMS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.706.238/0001-04, com sede na Avenida Engº Anysio da Rocha Compasso, 7580, bairro Aponiã, CEP: 76.824-052, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99900-9863 / (69) 3222-0559, E-mail(s): diretoria@marok.com.br / licitacao@marok.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Manifestação 2/2022/ASSENGE, de 29/08/2022



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento 0886838) e considerando o Ato de Autorização constante no DESPACHO N° 1224/2022-GABDG, de 16/09/2022 (evento [0900542](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) por mais 90 (noventa) dias corridos, **a contar de 24/09/2022 e data final em 23/12/2022;** e

II – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço 01/2022/SEMAP (evento [0792326](#)), cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Ouro Preto do Oeste/RO (Processo SEI [0000491-76.2022.6.22.8000](#)), **por mais 51** (cinquenta e um) dias corridos, **a contar de 22/08/2022 e data final em 12/10/2022.**

Subcláusula única - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução deste presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Primeira, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 19 de setembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

RICARDO MOREIRA DOS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo CONTRATANTE	SANTOS Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 1 AO CONTRATO N.
01/2022/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato 01/2022 (assinado em 27/01/2022) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. 0783288), Vigência de 240 dias corridos, a contar de 27/01/2022 até 23/09/2022; e 1. Execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste), prazo de execução 180 dias corridos, a contar de 23/02/2022 até 21/08/2022 .	R\$ 2.201.338,18	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia: R\$ 110.066,90)		
1º Termo Aditivo (assinado ____/09/022 – Volume IX do PA respectivo (evento 0901645) 1. Prorrogação da Vigência por mais 90 dias corridos, a contar de 24/09/2022 até 23/12/2022 ; e 2. Prorrogação do prazo de execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste) por mais 51 dias corridos, a contar de 22/08/2022 até 12/10/2022 .	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	R\$ 2.201.338,18
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO (Em relação ao valor inicial atualizado contrato – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.)	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/09/2022, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 20/09/2022, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 20/09/2022, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 20/09/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0901645** e o código CRC **A1AF0659**.

0003158-69.2021.6.22.8000

0901645v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE

AO GABSAOFC.

Assunto: Prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)) - cujo objeto é a execução de obras de engenharia para executar a AMPLIAÇÃO E A REFORMA DOS FÓRUMS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE SPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO, que incluirão as reformas gerais das edificações, com a ampliação das áreas construídas, alteração de layout dos ambientes existentes, melhorias de acessibilidade arquitetônica e harmonização das fachadas.

Senhor Secretário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O contrato firmado entre este Egrégio Tribunal e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA** assinado em **27 DE JANEIRO DE 2022** com vigência de 240 (duzentos e quarenta) dias (**23 DE SETEMBRO DE 2022**), contados da data da assinatura do referido instrumento contratual, cujo o objeto é execução de obras de engenharia para executar a **AMPLIAÇÃO E A REFORMA DOS FÓRUNS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO** disciplinava inicialmente que o prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, teria o marco inicial a assinatura da Ordem de Serviço.

Assim, a prazo de execução ficou definido, conforme tabela abaixo:

Ampliação e Reforma	Ordem de Serviço	Data Assinatura	Prazo	Data de Conclusão
FÓRUM DE OURO PRETO DO OESTE	01/2022 SEMAP 0792326	24/02/2022	180 dias	23/08/2022
FÓRUM ESPIGÃO DO OESTE	01/2022 SEOP 0827066	18/05/2022	180 dias	17/11/2022

Na execução da ampliação e reforma do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste, conforme a elaboração do Relatório de Vistoria ([0831521](#)) em decorrência da visita realizada em 28 de abril de 2022, concluiu:

"A obra encontra-se com atrasado considerável do cronograma, **SENDO NECESSÁRIO A REPACTUAÇÃO DE NOVO CRONOGRAMA EM RAZÃO DA LIBERAÇÃO DO ALVARÁ TER OCORRIDO APENAS EM 14/04/2022**. Desta forma o prazo final de conclusão das atividades encontra-se comprometido devendo ser replanejado as ações que sofrerão impactos da nova data de entrega da obra como prazo de locações, mudança da sede e outros."

Ademais, a empresa contratada foi notificada acerca dos atrasos constatados nas vistorias, conforme NOTIFICAÇÃO Nº 12/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP [0833069](#), que em sua defesa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentou a solicitação de prorrogação de prazo, conforme argumentação destacada abaixo e presente na Carta Resposta ([0838813](#)):

“A OS foi emitida dia 24/02/2022 e o Alvará de obras saiu somente no dia 14/04/2022, tendo assim uma lacuna de 49 dias entre a emissão da Ordem de Serviço e a emissão do alvará de obras, com isso sem o Alvará a empresa ficou impossibilitada de iniciar as atividades. Venho por esta carta solicitar o aditivo de prazo de 51 dias no cronograma físico financeiro”

Pelo contexto exposto acima, entendemos necessário a recomposição do prazo de execução do reforma e ampliação do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste em 51 dias, devido o prejuízo causado pela demora na liberação do alvará da referida obra.

Isto posto, com base nas razões retro, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria e solicitamos a prorrogação dos prazos do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)), nos termos a seguir:

- **Prorrogação do prazo de execução do OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste) para a data de 12/10/2022 – 51 (cinquenta e um) dias do prazo inicial, 23/08/2022;**
- **Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 para a data de 21/12/2022 – 90 (noventa) dias do prazo inicial, 23/09/2022.**

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Assessor**, em 29/08/2022, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0886838** e o código CRC **C0E23CF7**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia/COMSEG.

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato n. 01/2022 - Objeto: Ampliação e a reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste - Minuta de Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 167 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo que teve como finalidade a contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para atender as necessidades de ampliação e reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final de vigência em **24/09/2022**.

02. Na Manifestação n. 2/2022 - ASSENGE ([0886838](#)), o titular da atual unidade gestora do contrato, relata que será necessário a prorrogação do prazo de execução da reforma e ampliação do **Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste** em **51** (cinquenta e um dias) dias em razão do prejuízo ao cronograma da execução dos serviços pela demora na liberação do alvará da obra, fato que já houvera constatado em relatório de vistoria realizada em 28/04/2022, juntado no evento [0831521](#). Nesses termos, propõe novos prazos para a execução dos serviços e vigência do contrato:

I - Prorrogação do prazo inicial de 180 dias previsto na Ordem de Serviço n. 01/2022- SEMAP para a execução da reforma do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste, com termo final estabelecido em 23/08/2022 ([0792326](#)), fixando novo limite temporal para **12/10/2022**;

II - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 para **21/12/2022**, pelo acréscimo temporal de 90 (noventa) dias no atual termo final previsto em 23/09/2022.

03. Por meio do Despacho n. 2188/2022 ([0886944](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **SECONT**, para elaborar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

minuta do instrumento e, após, à AJSAOFC para análise da minuta e eventual aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

04. Por fim, veio ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato Administrativo n. 001/2022 para o registro do incidente de execução relatado ([0892169](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([0892170](#)). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

05. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0003158-69.2021.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

06. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

08. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DO ADITIVO PRETENDIDO - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

09. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em inúmeros outros processos analisados, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário ao cumprimento do objeto contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nessa linha, conforme manifestação expressa do titular da Assessoria de engenharia - ASSENGE, atual unidade gestora do contrato, as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes da reforma do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste.

10. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 001/2011**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93**, veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem destaque no original)

(...)

11. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

12. No caso em análise, de acordo com a unidade gestora, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado em razão do prejuízo ao cronograma da execução dos serviços pela demora na liberação do alvará da obra, fato que já houvera constatado em relatório de vistoria realizada em 28/04/2022, juntado no evento [0831521](#). Portanto, a justificativa da administração, no entendimento desta unidade, efetivamente possibilita o enquadramento da situação nas hipóteses do **inciso V, § 1º do dispositivo supracitado**, vez que justificada a necessidade de prorrogar a execução e a vigência do contrato referido.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do pacto, verifica-se que essa decorre da prorrogação dos prazos de execução dos serviços, com previsão contratual na Subcláusula Segunda da CLÁUSULA QUARTA do ajuste firmado e também com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93, restando demonstrada a necessidade de sua dilação justamente pela ampliação do prazo de execução pleiteada.

14. A CLÁUSULA SEXTA do ajuste originário estabelece a obrigação da contratada ofertar garantia contratual. Veja-se:

CLÁUSULA SEXTA – A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

15. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

16. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, representada pela apólice do seguro garantia juntada no evento [0788172](#) que, aliás já integra a redação da minuta elaborada pela SECONT ([0892169](#)).

IV – DA MINUTA CONTRATUAL

18. No tocante à MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 01/2022 ao Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)) juntada aos autos, este instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

19. Contudo deverá a SECONT realizar ajustes na sua redação quanto ao fundamento legal do aditivo, adotando-se a seguinte redação, nas quais estão negritadas as alterações que se fazem necessárias:

***CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato originário.*

20. Tal providência, todavia, não impede sua aprovação por esta Assessoria Jurídica, haja vista que poderá ser executada pela SECONT previamente à assinatura do instrumento.

V – DA CONCLUSÃO

21. Pelo exposto, escorado nos elementos existentes no processo, notadamente na informação da Assessoria de Engenharia, unidade gestora do contrato ([0886838](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer - opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica da prorrogação pretendida, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato n. 01/2022.**

22. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único, do artigo 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada aos autos pelo evento [0892169](#), na qual, todavia, deverão ser inserida os ajustes de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

redação apontados no item 19 deste parecer, providência não impeditiva de sua aprovação por esta unidade jurídica, haja vista que poderá ser executada pela SECONT previamente à assinatura do instrumento.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 07/09/2022, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0894780** e o código CRC **FAA64D34**.

0003158-69.2021.6.22.8000

0894780v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia/COMSEG.

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato nº 1/2022 – ampliação e a reforma dos Fóruns Eleitorais dos Municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste.

DESPACHO Nº 1224 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo que teve como finalidade a contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para atender as necessidades de ampliação e reforma dos Fóruns Eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final de vigência em **24/09/2022**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Assessoria de Engenharia - ASSENGE, verificando a proximidade do final do prazo de vigência e o encerramento do prazo de execução do Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)) manifestou-se quanto à prorrogação dos referidos prazos por mais 90 dias e 51 dias, respectivamente, tendo em vista as razões trazidas pela contratada a justificar a dilação dos prazos ([0886838](#) e [0838813](#)).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, para juntar minuta de termo aditivo, e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico (0886944).

Assim, a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato n. 001/2022 ([0783288](#)) (evento 0892169), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise (0892170).

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 167/2022 (0894780), opinando pela possibilidade jurídica da prorrogação pretendida, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda, do Contrato n. 01/2022**, bem com pela necessidade de renovação da garantia nos termos constantes da minuta elaborada pela SECONT e juntada ao evento n. [0892169](#).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do Contrato sob análise, nos mesmos termos do Parecer Jurídico supracitado (Manifestação n. 442/2022 - 0894977).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica da SAOFC, é pacífico o entendimento deste órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Além disso, nos termos da manifestação n. 2/2022 ([0886838](#)), a unidade gestora informou que as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa da reforma e ampliação do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste, que não se fará possível dentro do prazo de vigência atual do contrato nº 1/2022.

Ademais, além de encontrar previsão na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 que rege a avença, a **prorrogação dos prazos contratuais** encontra amparo no art. 57 da Lei de Licitações, *in verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis." (destacamos)

Depreende-se do inciso V do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93 que para a dilação do prazo de execução basta a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados no referido normativo. No caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado em razão do prejuízo ao cronograma da execução dos serviços pela demora na liberação do alvará da obra, fato que já houvera constatado em relatório de vistoria realizada em 28/04/2022, juntado no evento [0831521](#). Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do **V, § 1º do dispositivo supracitado**.

Tal fato configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade da conclusão da avença no prazo de vigência estabelecido entre a Contratada e este Tribunal, bem como a contemporaneidade dos documentos juntados aos presentes autos.

Logo, as justificativas da Administração e da contratada, possibilitam enquadramento da situação na hipótese do **inciso V do § 1º do dispositivo supracitado**.

Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que encontra previsão na mesma cláusula do Ajuste firmado com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

Não obstante, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56 da Lei n. 8.666/93, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente indicada nos termos da CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT (0894907).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos. Já havendo a juntada de nova versão da referida minuta contendo a alteração pontual registradas pela AJSAOFC, não havendo outras ponderações a serem feitas.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no **art. 57, I, c/c § 1º, V, da Lei n. 8.666/93**, bem como da constante da Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022 ([0783288](#)), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 01/2022 (0783288), por mais 90 (noventa) dias corridos, a contar de 24/09/2022 até 23/12/2022, e do prazo de execução por mais 51 (cinquenta e um) dias a contar de 22/08/2022 e data final em 12/10/2022, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados; e

b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Segunda da minuta do Primeiro Termo Aditivo ([0894907](#)).

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 16/09/2022, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0900542** e o código CRC **BB6986D4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos